



Anais da Assembléia

Nº 41

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 17 DE ABRIL DE 1996

ANO XLII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT — 11: Algaci Túlio - Edgard Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; PSDB — 10: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cesar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; PMDB — 10: Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Caetano Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PTB — 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; PPB — 06: Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; PFL — 05: Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; PT — 05: Angelo Vanhoni - Péricles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.^a LEGISLATURA
ATA DA 26.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 1996

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Felinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zarusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Doutor Posinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (53). Achando-se ausente o Senhor Deputado Emerson Nerone (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1054

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado votos de pesar aos familiares do Senhor Francisco Mores, pelo seu falecimento ocorrido no dia 10 de abril de 1996, na Cidade de Rio Azul.

Rogamos a Deus, que na sua infinita bondade, dê força e alento a todos os fa-

miliares nesta hora de dor.

A família enlutada nossas mais sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 17.04.96.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1055

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações à Diretoria da Água Mineral Ouro Fino, alusivos ao seu cinquentenário que será comemorado no dia 23 de abril do corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Diretor, Senhor Augusto Mocelin, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Silva Jardim, 167, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 17.04.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1056

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente, REQUER, envio de voto de congratulações, ao Jornal Hora H, na pessoa do Senhor Cícero do Amaral Cattani e toda sua equipe pelo lançamento da primeira edição desse novo veículo de comunicação, em 15 de abril do corrente, conforme disposto no artigo 130 do Regimento Interno desta Casa de Leis e que o mesmo seja enviado para a Rua Emiliano Perneta, 725, 6º andar CEP: 80420-080, Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 17.04.96.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO N° 1057

Senhor Presidente.

A Bancada do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado votos de congratulações aos Doutores José Wanderlei Resende e Antonio Lopes de Noronha, pela posse, neste dia 17 de abril, como Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 17.04.96.

(a) TOTI COLAÇO

Apoiamento: Renato Adur, José Tavares, Orlando Pessuti.

REQUERIMENTO N° 1058

Senhor Presidente.

Observadas as disposições regimentais e constitucionais, especialmente o previsto no artigo 55 da Constituição Estadual, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Casa, REQUER à Mesa seja oficiado ao

Secretário de Estado da Saúde, solicitando ao mesmo que nos preste as seguintes informações:

1 - O Projeto Vida Melhor, através do qual são contratadas pessoas para visitar famílias que residem em bairros mais pobres, com o fim de cadastrar e identificar implementado pelo Governo do Estado?

2 - Caso a resposta ao item anterior seja positiva, quais os municípios atualmente beneficiados com o convênio firmado com o Governo do Estado?

3 - Quais os municípios que não tiveram o convênio renovado e em que datas se deram esses fatos?

4 - Quais os valores repassados aos municípios nos anos de 1995 e 1996, discriminando o nome da cidade e o valor recebido.

Cabe salientar que essas informações destinam-se a esclarecimento público, haja vista que as pessoas contratadas dentro do Programa Vida Melhor reclamam de terem sido dispensados do trabalho e as famílias carentes que recebiam esses funcionários reclamam que essas visitas eram importantes fontes de comunicação com os poderes públicos municipal e estadual, na área de saúde.

Sala das Sessões, em 17.04.96.

(a) EMERSON NERONE

REQUERIMENTO N° 1052

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições, REQUEREM, após ouvido o Plenário, envio de expediente às Lideranças Partidárias do Congresso Nacional solicitando voto contrário ao veto apostado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso ao Projeto de Lei n° 600/95, que concedeu anistia à dívida dos sindicatos de petroleiros.

Sala das Sessões, em 17.04.96.

(aa) IRINEU COLOMBO

ÂNGELO VANHONI

PÉRICLES MELLO

DOUTOR ROSINHA

EMERSON NERONE

JUSTIFICATIVA:

O envio deste expediente visa demonstrar nossa preocupação com a manutenção do veto apostado ao Projeto de Lei n° 600/95, que anistiou os sindicatos de petroleiros da dívida determinada pela Justiça do Trabalho, por estar muito acima da capacidade de pagamento das instituições sindicais, tornando-se impeditivo à liberdade de organização dos trabalhadores.

A permanência desta dívida revela-se uma punição muito superior e injusto para uma reparação da categoria, pois implicará no fechamento das entidades sindicais e na anulação, do ponto de vista prático, do direito de livre organização que lhes é

assegurado pela Constituição Federal.

REQUERIMENTO N° 1053

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Deni Lineu Schwartz, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando um parecer por parte desta Secretaria, sobre a paralisação das obras de pavimentação asfáltica da estrada que liga os Municípios de Irati a Inácio Martins; e quais são as perspectivas quanto a continuidade da obra.

Sala das Sessões, em 17.04.96.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1059

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expedientes aos Excelentíssimos Senhores, Doutor Jaime Lerner, Governador do Estado do Paraná, e ao Doutor Ramiro Wahrhaftig, Secretário de Estado da Educação, no sentido de que seja mantido o Colégio Agrícola Estadual "Cambará" - Ensino Técnico de 2° grau da Cidade de Cambará, que atende alunos oriundos de 48 municípios da Região Norte Pioneiro do Estado do Paraná, que deverão enfrentar sérias dificuldades para prosseguir com seus estudos, visto ser mínimo o número de Colégios Agrícolas existentes no Estado. Requer ainda, que sejam liberados recursos para ampliação e aquisição de equipamentos necessários para que os alunos tenham melhores condições de aprendizado.

Sala das Sessões, em 17.04.96.

(a) RENY FORSATTO

JUSTIFICATIVA:

Conforme cópia da Informação n° 06/96, Protocolo n° 1.770 100/94, o Departamento de Ensino de 2° Grau da Secretaria de Estado da Educação, recomenda a cessação da oferta da habilitação Técnica em Agropecuária pelo Colégio Agrícola Estadual de Cambará para regularizar a situação dos alunos formados.

Senhor Presidente, Senhora e Senhores Parlamentares, por que ao invés de se fechar um Colégio Agrícola para regularizar a situação dos alunos formados, não se amplia o mesmo, e adquire-se os equipamentos necessários para uma melhor formação dos mesmos? Enquanto uma grande parte dos municípios de nosso Estado lutam pela criação de um Colégio Agrícola para atender principalmente os alunos oriundos da zona rural, e dessa forma mantê-los no município e principalmente para que possam melhorar a produção agrícola, o Departamento

de Ensino de 2º Grau da Secretaria de Estado da Educação, propõe o fechamento de um, colégio que foi conseguido graças aos esforços de uma laboriosa população. Será que é justo decepcionar não somente os habitantes de um município, mas sim a população de uma grande região, e que tem suas rendas sustentadas exatamente pela produção agrícola?

Não podemos, e não vamos concordar com a recomendação do Engenheiro Agrônomo João Batista Santos Scucato, Coordenador do SETA/DESG, e pelo Senhor Luiz Walter Chaslunhak, Chefe do Departamento de Ensino de 2º Grau, pela cessação da oferta da habilitação Técnica em Agropecuária pelo Colégio Agrícola Estadual de Cambará, pois estará se decretando o retrocesso do ensino profissionalizante em nosso Estado, principalmente em uma área onde não somente o Estado do Paraná se acha carente, mas toda a população rural da Nação necessita de profissionais capacitados para a agricultura.

Fechar o Colégio Agrícola Estadual de Cambará, é privar uma grande parte da população estudantil do Norte Pioneiro de ter mais uma escola como opção para prosseguirem com seus estudos, é reduzir o número de vagas escolares, e dessa forma não deixar que muitos jovens prossigam com seus estudos, visto que o Colégio Agrícola mais próximo está localizado a mais de 60 quilômetros, e funciona em regime de internato, e poucas são as famílias com condições financeiras suficientes para manter o aluno longe do seio de sua família, visto que o aluno não estuda somente, mas também trabalha na lavoura para ajudar os pais com as despesas domésticas.

Encaminhar cópias à Prefeitura Municipal de Cambará, à Direção do Colégio Agrícola e à Câmara Municipal.

REQUERIMENTO N° 1060

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Piraquara, no sentido de atender os pedidos dos moradores do Jardim Holandês a seguir relacionados.

Afirmam os moradores que infelizmente o Jardim Holandês encontra-se abandonado pela Prefeitura. As ruas estão cheias de buracos, não há iluminação pública na avenida principal e nem mesmo uma lombada para controlar a velocidade alta dos veículos. Nessa avenida localiza-se o Colégio Edília Alves de Faria, muitos alunos lá estudam e sempre estão correndo perigo de serem atropelados. À noite a escuridão é total, não existe policiamento e muitos alunos, ao invés de frequentarem as au-

las, ficam nas proximidades do colégio promovendo algazarras e fumando maconha, tornando o local muito perigoso. As valetas a céu aberto existem em grande quantidade e o esgoto exala um mau odor terrível, que além de desagradável, é prejudicial à saúde de todos. Para as crianças nenhuma pracinha existe e elas são obrigadas a brincarem nas ruas, sem segurança alguma e ainda convivendo com animais nocivos, transmissores de doenças. Existe um Posto de Saúde no bairro, porém nunca há consultas e os moradores, ao se dirigirem para Curitiba à procura de assistência médica, não são atendidos em virtude de que existe o citado Posto, porém praticamente desativado. O caminhão de lixo passava pelo bairro em média três vezes por semana e agora de quinze em quinze dias. O lixo fica pelas ruas porque cachorros e ratos furam os sacos de lixo, formando uma bagunça total. A única coisa boa que eles afirmam estar acontecendo é a construção de uma creche, a qual beneficiará a comunidade. Quanto ao sistema de transporte coletivo, mais carros foram colocados na linha durante a semana, mas no final de semana somente dois carros circulam, num espaço de hora em hora, o que também necessita ser resolvido. Reclamam os moradores que somente nas últimas enchentes foram visitados pela Municipalidade e desde então nada mais foi feito em prol do Jardim Holandês.

Solicitam os moradores que os problemas citados sejam analisados pela Prefeitura e resolvidos o mais breve possível, pois toda uma comunidade vem sofrendo com a falta desses benefícios básicos, mínimos para sua sobrevivência.

Sala das Sessões, em 17.04.96

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 139/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O artigo 2º da Lei n° 6470, de 22 de outubro de 1973, que trata do Fundo de Reequipamento de Trânsito - FURESTRAN, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º - Do total de recursos atribuídos ao FURESTRAN, 10% (dez por cento) serão destinados ao Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN-PR; 50% (cinquenta por cento) à Polícia Militar do Estado - PME e aos órgãos de Controle de Tráfego que a integram na Capital e no Interior e 40% (quarenta por cento) ao município de origem do registro do veículo infrator."

Art. 2º - Os recursos destinados aos municípios serão obrigatoriamente aplica-

dos 50% (cinquenta por cento) para a implantação de sinalização de trânsito e 50% (cinquenta por cento) para o desenvolvimento de programas de educação de trânsito.

Art. 3º - Os demais dispositivos da Lei nº 6470, de 22 de outubro de 1973, e da Lei nº 6264, de 10 de janeiro de 1972, não conflitantes com a presente Lei, permanecem produzindo os mesmos efeitos legais.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.04.96

(a) EDUARDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

Pela legislação em vigor, os recursos oriundos das multas de trânsito são destinados ao DETRAN-PR e à Polícia Militar do Estado - PME.

Como a PME realiza os serviços de fiscalização e orientação de trânsito e plantão de acidentes, justifica-se o montante que lhe é destinado - 50% do arrecadado.

Afinal, a PME para desenvolver estas atividades necessita de recursos humanos, materiais, de veículos e equipamentos.

O DETRAN-PR, que recebe os outros 50%, realiza apenas os serviços de cobrança das multas. Um percentual capaz de cobrir estas despesas operacionais seria suficiente e justificável.

O Código Nacional de Trânsito em seu Artigo 37, da Seção IX, da Distribuição de Competências, prevê que é atribuição dos municípios a implantação de sinalizações nas vias sob sua jurisdição, bem como a regulamentação do uso destas vias. Para tal finalidade são necessários recursos e é justo que os mesmos venham dos pagamentos das multas - que decorrem da desobediência e do desrespeito à regulamentação das vias e da sinalização de trânsito.

Já foi comprovado que a redução no número de acidentes de trânsito deve ser resultado da conscientização de todos quanto ao cumprimento das regras gerais referentes à circulação de veículos, tais como o comportamento adequado no trânsito e o respeito à sinalização. Justifica-se assim a adequação de um percentual para que os municípios desenvolvam programas de educação de trânsito.

Em maio do ano passado, o Governo do Estado e a Prefeitura de Curitiba firmaram convênio que possibilita o repasse de recursos do FURESTRAN ao município, mediante o assumimento do mesmo de responsabilidade definidas no convênio.

Nosso projeto de lei visa normatizar em legislação específica esta prática, estendendo a todos os municípios paranaenses os benefícios previstos no citado convê-

nio. Confiamos poder contar com o apoio dos Senhores Deputados à nossa iniciativa.

PROJETO DE LEI Nº 140/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam as empresas de transporte coletivo intermunicipal que exploram os serviços concedidos ou permitidos pelo Estado do Paraná, obrigados a fixarem em local visível a fotografia de crianças desaparecidas no território do Estado.

Art. 2º - As fotografias ou cartazes serão fornecidos pelo órgão estadual competente.

Parágrafo Único - Nos cartazes mencionados no "caput" deste artigo, constará o nome da criança, idade, fotografia, telefone e local para informações do órgão indicado pelo Poder Executivo.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.04.96

(a) RICARDO CHAB

Apoiamto: Eduardo Trevisan, Luiz Carlos Martins, Edson Silva Lino, Edno Guimarães, Cezar Silvestri, Joel Coimbra, Albanor Gomes e Beto Richa.

JUSTIFICATIVA:

A Proposição que ora apresento, visa possibilitar ou facilitar a identificação de dezenas de crianças que desaparecem ou fogem de seus lares, engrossando o contingente de desassistidos nas nossas ruas. Tal caminho leva à marginalidade e à morte muitas crianças que poderiam contribuir com a sociedade paranaense.

Não bastasse esta já triste situação, salta-nos aos olhos o aumento a nível racional do tráfico e comércio de crianças que nos envergonha a todos e mostra-nos o grau de desagregação social em que vivemos. A solução do problema todos sabemos, passa por mudanças culturais e estruturais em nosso país.

No entanto, com consciência estamos apresentando um paliativo para minimizar o problema e fomentando a solidariedade com as famílias destas crianças.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente, nem no Grande Expediente. Passamos ao Horário das Lideranças.

Passamos a palavra ao Senhor Deputado Rosinha.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria de registrar a visita nessa Casa do Vereador Dirceu Moreira de Saudades do Iguaçu, acompanhado de sua esposa para nós é uma satisfação a presença do nobre vereador nessa Sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Aribal Khury) - Está registrada a presença.

O SR. FLOPISVALDO FIER - Senhor Presidente, Senhores Deputados, companheiras e companheiros da comunidade de Apucaraniha, e outros Caciques de outras Comunidades Indígenas que os acompanham.

Esse horário da Liderança do Partido dos Trabalhadores, nós queremos dar um apoio a mobilização e a luta dos servidores públicos federais. Ontem os trabalhadores do serviço público a nível Federal paralisaram suas atividades para lutarem pelos seus direitos, para lutarem contra a Reforma Administrativa do Governo Federal, Reforma esta que não leva em consideração a qualidade do serviço público que não defende e sim visa a destruição do nosso serviço público.

Reforma Administrativa na qual analisa a estabilidade do serviço público sob uma ótica única e exclusiva, a ótica da questão do relacionamento patrão-empregado, que não é nem esse relacionamento que ocorre e se dá no serviço público. Não faz uma única análise da qualidade do serviço, que qualidade de serviços, visa não somente essa relação administração/funcionário, mas sim, a satisfação do usuário do sistema e o papel do Estado se ele está sendo cumprido ou não do Estado Nacional no atendimento dos seus usuários.

Faz uma análise da Reforma Administrativa sob a ótica do Governo, a de que o grande mal é o servidor público e não o Governante que ao longo da história, da nossa história, jamais apresentou um Projeto coerente de ascensão funcional, de ascensão desses trabalhadores como quadro técnico que possa atender a sociedade brasileira.

Então esses trabalhadores do serviço público Federal paralisaram os serviços o serviço no dia de ontem em protesto a isso e, decidiram por greve nacional.

O segundo motivo dessa luta deles diz respeito as perdas salariais que foram acumuladas ao longo do tempo e, que hoje ao analisar os índices reivindicados pelos servidores públicos, podemos constatar que é um índice bastante baixo, porque ao longo da história a perda salarial foi muito superior do que aquela reivindicada. E, ao permitir sindicalização de trabalhadores públicos, permite-se, é lógico está subentendido, o direito a negociação. E, os

nossos governantes têm agido com muita rigidez, têm atuado ditatorialmente e, não têm permitido negociação entre os trabalhadores públicos. Eu estou atendo no meu pronunciamento ao Servidor Público Federal, mas sabemos que, a nível de Estado e de muitos municípios do nosso país tais comportamentos também tem ocorrido, no que diz respeito ao trato do serviço público de qualidade e do desrespeito ao seus servidores. Concedo o aparte ao Deputado Augustinho Zucchi.

O Sr. Augustinho Zucchi - Gostaria de agradecer o aparte que Vossa Excelência me concede. E, faço uma ponderação, como funcionário público de carreira que sou do quadro da agricultura do Estado do Paraná. Eu ouvi atentamente e acompanhei ontem o desenrolar dessa decisão dos funcionários públicos federais, e imagino, Nobre Deputado, que na verdade o Estado precisa se redimensionar. A reforma administrativa deveria ter na sua essência visão que nós deveríamos ter o funcionalismo público extremamente profissional, valorizado e, com a possibilidade de ascendência na sua carreira, o que não acontece nos dias de hoje. Mas, também acho que, este redimensionamento do quadro do Estado, e quando eu falo de Estado não falo do Estado do Paraná, mas do Estado enquanto instituição, deve ocorrer imediatamente, porque nós vemos que, se não há condições do Governo pagar salários compatíveis com a função do nosso funcionário público, que haja uma tomada de decisão administrativa para que possa esse funcionário ter outras alternativas, que nós não vamos encontrar nenhum Estado uma situação que possa dar segurança àquele que precisa do serviço do nosso servidor público.

Há pouco tempo atrás estive no Mato Grosso e, verificava uma fila imensa de funcionários públicos na Secretaria de Fazenda daquele Estado, verificava que, estava se dando vale aos funcionários pelo atraso que tinha so seu salário durante quatro meses. Quer dizer, nós chegamos em uma situação em que os funcionários públicos estão, além de desestimulados, em uma visão de que não há como se ter uma ascensão da sua carreira profissional como qualquer carreira tem em uma empresa privada. E, aliás o funcionalismo público brasileiro já serviu de álabe, de subterfúgio até para eleição de presidente que se elegeu com o título de caçador de marajás que, posteriormente foi verificado que não eram funcionários públicos a causa deste problema. Gostaria apenas de apartear-lo para colocar a V. Exa. esta posição de que, a reforma administrativa deve necessariamente ter sob seu escopo dois itens principais, que seria o redimensio-

namento do Estado enquanto servidor de serviços públicos à população e dar a dignidade aos nossos funcionários para que eles tenham carreira digna profissional e, possamos evidentemente fazer da sua carreira o seu orgulho, como eu faço da minha como Engenheiro Agrônomo e funcionário público estadual.

O DR. ROSINHA - Agradeço a intervenção de Vossa Excelência que veio de encontro ao mesmo pensamento que nós temos em relação ao serviço e ao servidor público.

Assim como Vossa Excelência eu também sou servidor público de carreira do município de Curitiba, e temos constatado ao analisar as reformas administrativas, na qual em momento nenhum se questiona a grande quantidade de cargos e funções gratificadas que tem o serviço público.

Hoje é um grande dispêndio econômico para manter esse tipo de cargo. Quando fazemos uma análise do serviço público de países avançados, constatamos que a quantidade de cargos públicos e cargos de confiança são limitadas e muito mais é colocado o profissionalismo desse técnico.

É profissional que tem a sua ascensão funcional como se estivesse em qualquer empresa privada e aonde ele pode evoluir no serviço público como um técnico competente, conhecedor da sua área e bem prestador de serviço.

Este é o tipo de reforma que o Estado brasileiro precisa. Quando me refiro a Estado é o Estado como estrutura de poder que está sendo questionado chamado de curso-estado federal com o projeto neo-liberal.

É nesse sentido que nesta tribuna trazemos o nosso apoio aos servidores públicos federais e terão o apoio da bancada do Partido dos Trabalhadores nesta Casa para toda a sua luta, assim como a bancada federal tem apoiado aqueles trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PTB com a palavra. (Declina).
PDT com a palavra. (Declina).
Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Eduardo Trevisan, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria

constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 106/95, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que ordena a composição, as atribuições e recursos do Conselho Estadual de Ciências e Tecnologia do Estado do Paraná - CONCITEC e estabelece outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F., C.E.C.E., C.O. e C.A.I.C.. EMENDA DA C.C.J., COM PARECER FAVORÁVEL E SUBSTITUTIVO GERAL DA C.E.C.E.. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Emenda de Plenário de n° 01, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço com apoio dos Senhores Deputados Sâmis da Silva, José Tavares, Renato Adur e Durval Amaral, e uma Subemenda de Plenário de n° 02 de autoria dos Senhores Deputados Eduardo Trevisan e Orlando Pessuti, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO DE N° 01, AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 106/95

Acrescente-se:

Art. 4° -

I -

II - ...

III - ..

IV - ...

V -

VI - cinco (5) membros representantes das Universidades Estaduais do Paraná.

Sala das Sessões, em 17.04.96.

(a) TOTI COLAÇO

Apoio: Sâmis da Silva, José Tavares, Renato Adur e Durval Amaral.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa viabilizar a participação efetiva das Universidades Estaduais do Paraná no Conselho Superior da FAPEPAR, tendo em vista sobretudo o papel fundamental que desempenham na ação do ensino e da pesquisa no âmbito do Estado do Paraná.

SUBEMENDA DE PLENÁRIO N° 02

O artigo 4°, item III, do Substitutivo Geral ao Projeto de Lei Complementar n° 106/95 passa a vigorar com a seguinte redação:

"III - Quatro (4) membros da comunidade científica, sendo um (1) indicado pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - Secretaria Regional do Paraná; um (1) pela Universidade Federal do Paraná e dois (2) pela Associação Paranaense das Instituições de Ensino Superior Público -

APIESP."

Sala das Sessões, em 17.04.96.

(aa) EDUARDO TREVISAN

ORLANDO PESSUTI

Apoiamto: Renato Adur, Edno Guimarães, Beto Richa, Edson Silva Lino e Péricles Mello.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nós somos o autor desse projeto e ele está tramitando na Assembleia já há algum tempo. Na última semana quando o projeto constou da Ordem do Dia, houve um entendimento com o Deputado Algaci Túlio, Líder do Governo, para que o projeto saísse por algumas sessões, cinco a dez sessões.

Então nesse sentido solicito a Vossa Excelência que a votação desse projeto em 2ª discussão não se processe no dia de hoje e que ele retorne à Ordem do Dia, na próxima semana, no dia 25, até lá dando tempo ao Deputado Algaci Túlio e aos demais.

Dia 25, na semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O projeto tem emendas. A Mesa não vai encerrar a discussão e vai fazer com que o projeto volte à Comissão de Justiça e fixará data de quarta-feira para figurar na Ordem do Dia.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 059/96, de autoria do Deputado Doutor Rosinha, que altera a redação da Lei nº 11.224, de 13 de dezembro de 1995, que criou o Município de Tamarana. COM PARECER CONTRÁRIO DA C.C.J.. EMENDA Nº 01 DE PLENÁRIO, COM PARECER CONTRÁRIO DA C.C.J. E EMENDA Nº 02 DE PLENÁRIO SEM PARECER. (Publ. no D.A. nº 16, de 13/03/96)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 59/96

PARECER:

A Emenda em análise objetiva dar nova redação ao artigo 1º, do Projeto de Lei nº 59/96.

Ainda que pese a preocupação do ilustre autor, deve-se considerar que a emenda contraria frontalmente os interesses da comunidade indígena de Apucarantina, que por equívoco de demarcação passou a pertencer ao Novo Município de Tamarana, pela Lei nº 11.224/95.

O Plano de Lei nº 59/96, ora emendado, visa assegurar a situação anterior, ou seja, relocar a dita reserva indígena no seu município de origem, Londrina.

É notório que o município recém-criado - Tamarana - não tem condições sócio-econômicas para desenvolver um programa de atendimento exigido pelo Estatuto do Índio

(arts. 47 a 53) e as Constituições (Federal, art. 231 e seguintes e Estadual, art. 226 e ss) como vem sendo feito pela atual Prefeitura de Londrina. E "perturbar de qualquer modo", a costumes, constitui crime, como previsto no art. 58 e seguintes da Lei Federal 6.001/73. Já a proteção à saúde e educação, além de estarem assegurados pelas Constituições - Estadual e Federal, também estão pelo Estatuto do Índio (art. 47 e ss). A mesma preocupação, observa-se pelo dispositivo da Lei nº 5.371 de 05/12/67. Art. 1º alínea "d", que pretende o resguardo à aculturação espontânea do índio, "de forma a que sua evolução sócio-econômica se processe a salvo de mudanças bruscas".

Nestas condições, o parecer é contrário à presente Emenda, devendo permanecer a redação original do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.04.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

Apoiamto: Carlos Simões, Doutor Rosinha, Walmor Trentini, Caíto Quintana, Antonio Belinati e Ironi Pugliesi.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 59/96

EMENDA Nº 02

PARECER:

A presente Emenda, dispõe que a pretendida alteração de divisas, se concretizará após a realização da consulta plebiscitária, na área a ser desmembrada.

Não se justifica um novo plebiscito, tendo em vista que já foi realizado quando da feitura da Lei que ora se pretende alterar.

Convém ainda notar que a comunidade indígena, única interessada na questão, não pretende permanecer nos domínios do novo município, logo não há razão para nova consulta plebiscitária.

Considerando tais aspectos, o parecer é contrário à Emenda.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.04.96

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

O DR. ROSINHA (Para Discutir) - Senhor Presidente, Senhores Deputados e companheiros caigangues, da comunidade de Apucarantina que aqui se encontram.

Senhores Deputados, quero, na discussão da votação, registrar a presença do cacique de Apucarantina, Jucelino Virgílio, do presidente do Conselho indígena do Norte do Paraná, João Maria, do vice-Cacique da Reserva do Barão de Antonina, Hildo Ferreira, de quatro ex-Caciques de Apucarantina, do membro do Comitê Nacional de Educação Indígena, Célia Juvêncio, do as-

seissor especial para assuntos indígenas do Governo do Estado do Paraná, Edílio Batis-teli, do representante da Direção da FUNAI do Estado do Paraná, João Alberto Ferrarezi e José Ricardo Simão Luz, da FUNAI de Londrina.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, peço a atenção de Vossas Excelências para a discussão desse projeto, uma vez que está sob análise duas Emendas. São duas Emendas analisadas na CCJ, na data de ontem. Uma delas foi votada, o parecer do Relator, Luiz Claudio Romanelli, considerada inconstitucional e aprovada naquela Comissão, na qual peço que esta Casa mantenha o parecer aprovado na CCJ. E a segunda Emenda, remete a decisão para um plebiscito na comunidade envolvida.

Senhores Deputados, gostaria da atenção de Vossas Excelências para essa questão da segunda Emenda, uma vez que o parecer contrário do Deputado Luiz Claudio Romanelli, não foi aprovado. E esta Emenda vem ao Plenário sem parecer.

Chamo a atenção para dois artigos: o 231 e seus parágrafos e 232 da Constituição Federal, na qual baseia o projeto de lei que estamos discutindo e ele não se atém, como está sendo interpretado por alguns dos Senhores Deputados, em relação à Lei nº 56/91. E mais: reza o artigo 226 da Constituição Estadual que: "as terras, as tradições, usos e costumes dos grupos indígenas do Estado integram o seu patrimônio cultural e ambiental e como tais serão protegidos".

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Presidência solicita aos Senhores Deputados que ocupem suas cadeiras e as pessoas estranhas ao Plenário que aguardem nas laterais.

O DR. ROSINHA - Senhores Deputados, a Emenda nº 02 que teremos de votar, de acordo com o artigo 226 que li e seu parágrafo único que diz o seguinte: "Esta proteção estende-se ao controle das atividades econômicas que danifiquem o ecossistema ou ameacem a sobrevivência física e cultural dos indígenas". A comunidade cai-gangue de Apucarantina sente-se ameaçada física e culturalmente, se continuar pertencendo ao Município de Tamarana.

É sob a ética e a análise desses dois artigos da Constituição Federal e da Constituição Estadual que deveríamos ter analisado a lei que criou o Município de Tamarana, a qual não analisamos, por lapso desta Casa. Para corrigir este lapso é que apresentamos esse projeto de lei.

Portanto, não é sob a luz e a ética da Lei Estadual nº 56/91 que devemos analisar tais Emendas, mas sim, de acordo com o ar-

tigo 231 e 232 da Constituição Federal e mais o artigo 226 da nossa Constituição Estadual. Se nos remetermos ao Estatuto do Índio, vamos encontrar novamente no seu conteúdo a ameaça cultural e física. No momento em que não é atendida, não há o compromisso, não há a certeza do atendimento físico no que diz respeito à economia e socialmente.

Por isso, Senhores Deputados, conclamamos que não aprovemos as duas emendas, garantamos o projeto como votamos outro dia e aprovamos aqui nesta Casa e agora mais reforçado ainda porque Vossas Excelências acompanharam no domingo no Globo Rural, por cerca de 10 minutos a comunidade teve uma reportagem veiculada pela TV Globo a nível nacional, na qual demonstra os anseios desta população, e na noite de anteontem a TV Cultura também fez um documentário especial mostrando a necessidade daquela comunidade continuar pertencendo ao Município de Londrina e, mais do que isso, representantes do 1º Encontro de Organizações não Governamentais, ambientalistas do MERCOSUL e a Comunidade Indígena Apucarantina lá se fizeram presentes e colocaram, esse encontro foi em Londrina, aqueles que defendem que a comunidade continue no Município de Tamarana, poderiam estar presentes lá se assim o desejassem para defender o contrário. Naquele encontro de ONGs do MERCOSUL, mais de cem delegados aprovaram uma moção que foi enviada a todos os senhores líderes, pedindo a aprovação do projeto, e mais do que isso, a FUNAI que hoje se faz presente, tem demonstrado apoio a este projeto, além, é lógico, da comunidade indígena.

Em contato com a comunidade indígena, Marcos Terena, representante do Brasil na ONU para discutir as causas indígenas, também tem apoiado o projeto, e ao dizer, como foi alertado na CCJ, se este projeto fosse aprovado, teria disputa judicial e se não for aprovado, terá disputa judicial e não no sentido somente da comunidade da reserva, mas sim no sentido de anular, de cancelar a lei que criou o Município de Tamarana. Ou nós aprovamos, atendemos as necessidades dos índios nesta semana de 19 de abril, semana do Dia do Índio, cujo dia é 19 de abril. Nós aqui nesta Casa temos a obrigação de fazer com que o poema de José Paulo Paes não seja verdadeiro, o poema dele diz o seguinte: 19 de abril - Dia do Índio. O dia dos que têm os dias contados. E espero que não contribuamos para que este poema se torne realidade e esta comunidade continue vivendo e construindo os seus anseios e a sua esperança.

Neste sentido, Senhores Deputados, solicitamos o apoio ao projeto e a derrubada das duas emendas.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar) -

Acredito que muito do que o Deputado Florisvaldo Fier falou, poderemos aproveitar também no nosso pronunciamento no dia de hoje. Quero mais uma vez aqui manifestar a minha posição pessoal e a posição de muitas pessoas com quem temos conversado nos últimos dias acerca deste assunto, se a comunidade indígena deve continuar em Tamarana ou se deve retornar os domínios administrativos do Município de Londrina.

Quero dizer a todos os Senhores Deputados que aqui estão e a todos que nos visitam na tarde de hoje, que pessoalmente, politicamente, nada tenho em contrário a que os índios possam retornar a Londrina ou que possam permanecer em Tamarana.

Quero me socorrer inclusive das palavras do Deputado Rosinha, que diz respeito aos direitos dos indígenas assegurados no Estatuto do Índio, assegurados na Constituição, direitos esses que temos que preservar. E dizer ainda mais, o Deputado Rosinha disse que se o projeto for aprovado, terá demanda judicial, e que se for derrubado, terá também demanda judicial.

Quero acreditar que tudo isso poderá ser evitado com um expediente que estamos propondo, a tarde de hoje, que a Emenda n° 2, onde diz que a fixação das novas divisas, ou seja, o desmembramento da comunidade indígena de Tamarana para retornar a Londrina, que se processe através de um plebiscito, que é a forma mais legítima de sabermos efetivamente se a comunidade indígena quer retornar a pertencer a Londrina e que não querem permanecer com Tamarana.

Porque da mesma forma que temos hoje aqui representantes da comunidade indígena, também temos pessoas indígenas que têm manifestado interesse em permanecer em Tamarana. Talvez não seja a maioria, mas alguns têm se manifestado nesse sentido.

Então, o mais legítimo que a Assembleia poderia fazer no dia de hoje, e me parece que este é o entendimento dos Senhores Deputados, é conceder este direito para que a comunidade indígena decida se quer continuar em Tamarana ou se quer retornar a Londrina.

Que não seja a decisão do Deputado Florisvaldo Fier, que não seja a decisão do Deputado Pessuti, que não seja a decisão do Deputado Tavares, ou de qualquer um de nós, que porventura estejamos envolvidos direta ou indiretamente nesse assunto.

A maioria dos Senhores Deputados, pelo que tenho conversado, estão dispostos a votar a favor do projeto do Deputado Rosinha, porque entendem que se a comunidade deseja manter-se com Londrina, assim deve-se proceder.

Mas para que isso tenha legitimidade, para que isso possa acontecer e evitar no

futuro ação judicial de um lado e de outro, nada mais justo, nada mais correto, que essa transferência para Londrina, se processe da mesma forma que se processa quando a transferência foi de Londrina para Tamarana, e foi através de uma consulta plebiscitária.

Entendo que isto sim é agir corretamente, isto sim é dar à comunidade indígena a oportunidade livre e democraticamente, respeitando os seus direitos, dizerem, através de uma consulta plebiscitária, que querem continuar com Londrina, que não querem pertencer a Tamarana, e não fazemos um projeto, ao arrepio da lei, ao arrepio da Constituição, tirando uma parte de Tamarana, passando para Londrina, sendo que quando Tamarana saiu de Londrina, foi através de um plebiscito.

Agora, para que os índios possam dizer com clareza, com sinceridade, que a verdade apareça nua e crua, temos que aprovar a Emenda n° 2, de nossa autoria, do Deputado Tavares e outros Senhores Deputados, que diz: que a remarcação, que a demarcação das novas divisas se processará após uma consulta plebiscitária.

Nada mais legítimo, nada mais democrático do que dar à comunidade indígena "o pleno direito de eles decidirem sobre o seu futuro". E isto se dará através de uma consulta plebiscitária, onde não sobrará discurso de Pessuti, não sobrará discurso de Florivaldo Fier ou de ninguém a dizer: "não, os índios não queriam, os índios queriam", porque o plebiscito vai dizer o que eles querem e o plebiscito estará respaldando o projeto de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, o plebiscito estará respaldando o impedimento até se necessário de futuras ações judiciais para impedir que a manifestação dos indígenas se concretize.

Vejo que a Emenda n° 2 é oportuna, é legítima, para que possamos atender aquilo que o Deputado Florisvaldo Fier pretende, e atender a Comunidade Indígena.

Vamos, portanto, não nós os Deputados Estaduais, dizer se os índios do Apucarantina têm que continuar em Tamarana ou em Londrina. Vamos deixar a eles livre e democraticamente que decidam se querem, realmente, retornar à Londrina.

Portanto, Senhor Presidente, solicito aos Senhores Deputados, que aprovem a Emenda n° 2. E consulto a Vossa Excelência, se for possível, gostaríamos de retirar da discussão a Emenda n° 1, dados a todos os entendimentos que já fizemos e entendendo que a aprovação da Emenda n° 2, atende aos propósitos do projeto do Deputado Florisvaldo Fier, e dá à Comunidade Indígena o direito de livre e democraticamente decidir se querem retornar, efetivamente, à Londrina.

Então, peço o apoio dos Senhores Deputados, para a Emenda n° 2, que estabelece que as mudanças das divisas se processará através de uma consulta plebiscitária para que a Comunidade Indígena e só ela diga o que pretende e o que quer para o seu futuro.

O SR. NELSON TURECK (Para Encaminhar) -

Senhor Presidente, queria apenas, aqui, deixar registrada a minha palavra. Que também fui solicitado pela Comissão de Emancipação de Tamarana, junto com o Pessuti, com o José Tavares, quando da emancipação daquela localidade, daquele município.

Eu queria, aqui, dizer neste momento, queria posicionar-me a favor do Deputado Pessuti e também do José Tavares, dizendo que pela justificativa que ouvia, que os índios não poderiam pertencer a Tamarana, porque não têm condições de Tamarana sustentar.

Acho que alguém está colocando alguma coisa errada dizendo a eles. Tamarana, quero dizer a vocês, vocês podem ter certeza de uma coisa: a maior alegria e a felicidade daquele povo foi conquistado na urna do plebiscito pelo "sim", pela vida própria daquele distrito.

E vocês terão muito mais qualidade de vida, vocês terão progresso maior e maior atendimento, sendo atendido pelo então Distrito de Tamarana, Senhor Presidente.

E que Londrina nada mais vai oferecer, do que está oferecendo hoje, para vocês. E que aquele distrito vai ter o prefeito que vocês vão eleger, que vocês vão eleger os vereadores, vocês terão toda a assistência. E falo isso com testemunho, porque fui prefeito também da cidade de Luziana, que esta Casa de Leis aprovou, o Presidente Anibal Khury.

E que quando uma comunidade não quis pertencer para o então novo município que era Luziana, depois que se elegeu seu prefeito e seus vereadores, hoje, aquela cidade, hoje, aquele Distrito de Campina de Amoral, eles diziam: "Mas que ignorância, não queríamos pertencer para um futuro município". Tantas coisas boas foram feitas para eles.

E vocês podem ter certeza que o Prefeito de Tamarana, as Lideranças de Tamarana, darão toda a sustentação e garantia a vocês. São as palavras e testemunha deste Deputado, hoje, quando foi prefeito.

Então, é por isso, não desrespeitando a emenda do Deputado Rosinha, mas como foi apresentado o projeto na Assembléia e foi votado e teve um plebiscito aonde o povo disse o sim, acho que não é justo agora, depois de criado o município, é desmembrar para Londrina.

Acho que vocês deverão ter paciência e

vocês vão ver o progresso na frente de vocês.

É por isso, que fico com o Deputado Orlando Pessuti, e fico também com o Deputado José Tavares.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o projeto sem prejuízo da apreciação das Emendas.

Senhores Deputados, que aprovam o projeto, conservem-se como estão. **Aprovado.**

Votação à Emenda.

Um parecer contrário. Senhores Deputados que aprovam a rejeição da Emenda...

O SR. FLORISVALDO FIER (Pela Ordem) - A Emenda n° 01?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Emenda n° 01.

O SR. FLORISVALDO FIER - O Deputado Orlando Pessuti, solicitou a Vossa Excelência, se possível a retirada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Só o Plenário é soberano para retirá-la.

Senhores Deputados que aprovam o Parecer Contrário da Comissão, com respeito à Emenda n° 01, conservem-se como estão. **Rejeitado.**

Votação à Emenda número 02. Inclua-se aonde couber a alteração de divisas propostas se concretizará após a realização de consulta plebiscitária na área a ser desmembrada.

Para Encaminhar, o Dr. Rosinha.

O DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero novamente dizer o seguinte: a Lei n° 56/91, que dispõe sobre a criação de municípios estabelece a necessidade de plebiscito. Isto está claro, é democrático e sempre defendemos. É legítimo, Deputado Orlando Pessuti. Só que na criação do município, tem que ser respeitada a Constituição Federal.

A Constituição Federal no seu Art. 231 e 232, entre outras coisas, estabelece no seu parágrafo do Artigo 231, que são nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras. O domínio daquelas terras era colocado sobre o domínio do Município de Londrina, que passou para o Município de Tamarana. Isso não foi respeitado. Nesse sentido não cabe o plebiscito, porque é uma correção, aquilo que já votamos e cometemos um lapso, cometemos um erro ao fazer aquilo.

Deputado Tureck, se aquela população tivesse certeza absoluta que os Artigos 231 e 232 tivessem sido respeitados, eles não estariam aqui, agora, defendendo a

continuidade do Município de Londrina. Como não foram respeitados aqueles artigos mais o Artigo 226, eles não se sentem atingidos, ou seja, não sentem que serão atendidos no que estabelece o Parágrafo Único deste Artigo, que diz o seguinte: "A proteção a essas comunidades estende-se ao controle das atividades econômicas, que danifiquem o ecossistema ou ameace a sobrevivência física ou cultural dos indígenas".

Eles estão se sentindo ameaçados, se não física, pelo menos culturalmente, pertencendo ao Município de Tamarana.

Então é nesse sentido que pedimos que se vote contra essa Emenda e mantenha o projeto integral, porque o projeto original lesou o direito dos índios, garantidos nesses dois artigos da Constituição.

Então, não estamos discutindo a Lei nº 56/91. Estamos discutindo a origem do projeto. Não sou contra que se faça plebiscito, aliás, sempre defendi. Mas acontece que temos que corrigir o vício de origem, que foi tomado com essa lei. É esse sentido no qual coloco e, mais, na semana passada, o Deputado José Tavares fazendo uso da tribuna, foi dito que eles desejam - eles, a comunidade de Tamarana - explorar um banco de areia que tem na reserva indígena.

Esse banco, hoje, já explorado e para fazer qualquer exploração de área indígena, depende de autorização do Congresso Nacional, não depende de município, ou de prefeitura, ou nem mesmo desta Casa. E, lá, está dizendo que querem fazer esta exploração.

Esta exploração já é feita em rede, Deputado José Tavares, quatro salários mínimos para a comunidade indígena - esse é o rendimento dessa comunidade, numa população de setecentas pessoas, que recebem no final do mês por um banco de areia, quatrocentos reais. Pode até o município receber mais, ou quem sabe o empresário que explora o banco até receba mais. Mas a comunidade não tem sobrevivência garantida através desse banco de areia.

Então, o que estamos pedindo é a correção do projeto original. E temos certeza, que esta Casa terá sensibilidade, como eu disse, principalmente, nesta data de hoje, que é a Semana do Índio, vamos nós, dar um presente pelo menos na história, no dia dezoito, votando contra a Emenda do Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar) -

É justamente Deputado Florisvaldo Fier o que queremos. Na Semana do Índio, às vésperas do Dia do Índio, dar a eles o direito de decidir o seu futuro.

Em nenhum momento Vossa Excelência ouviu de nossa parte, argumentos, por exem-

plo, dos prejuízos que porventura Tamarana terá com a perda da comunidade indígena. A arrecadação de ICMS, a arrecadação de outros tributos relativos a esta comunidade - deixaria de ter em seu território um grande potencial turístico - nada disso estamos falando, mas como Vossa Excelência falou em areia, quero dizer o que falei outro dia a um dos líderes indígenas que nos visitava na Assembléia: "que eles permanecendo com Londrina, serão, para Londrina, apenas um grão de areia."

Os mil, dois mil votos da comunidade indígena de Apucarantina, que sejam então 500, os 500 votos da comunidade indígena no meio dos duzentos mil eleitores de Londrina, será apenas um grão de areia. Agora, os 500 votos da comunidade indígena em meio aos cinco mil eleitores de Tamarana, será 10% do eleitorado e pesará muito.

Por isso, tenho que concordar com o Deputado Nelson Tureck - permanecendo em Tamarana a força da comunidade indígena será maior, a força reivindicatória, a força de pressão e conseqüentemente de conquistas de benefícios para a comunidade.

Mas nada disso estou questionando neste momento. Estou apenas questionando que devemos dar a comunidade indígena o direito deles decidirem se querem continuar com Tamarana onde terão força, onde terão representatividade, ou se querem retornar a Londrina, que paga lá quatro salários mínimos para explorar um banco de areia - como Vossa Excelência mesmo afirmou agora.

Então vamos dar esta condição à comunidade indígena, que através do plebiscito eles decidam se querem ficar com Tamarana, ou se querem ficar com Londrina. E para isso se faz necessário que aprovemos a Emenda nº 2, porque se não aprovarmos a Emenda nº 2, seremos nós os Deputados a dizer o que tem que ser feito dentro da comunidade indígena, e não é isso que Vossa Excelência quer, não é isso que eu, o Deputado Pessuti quero, e tenho certeza que não é isso que essa Assembléia quer.

Vamos dar ao índio o direito dele decidir sobre o seu futuro.

Por isso peço apoio à Emenda nº 2.

O SR. PÉRICLES MELLO (Para Encaminhar) -

Faço uma solicitação ao Deputado Orlando Pessuti, companheiro nosso de tantos projetos, de tantas lutas na Assembléia, para que retire esta Emenda.

O Plenário desta Assembléia se manifestou claramente na última Sessão, onde foi votado o projeto do Deputado Rosinha, favorável ao projeto. Por um motivo simples, Deputado Pessuti, está claro para todos nós que os índios querem ficar em Londrina, está claro isso. Os índios aqui, já é a segunda ou terceira vez que estão

aqui em Curitiba, se deslocando com dificuldades. Vamos respeitar a tradição. E quando se fala em tradição se fala em cacique.

O cacique esteve aqui falando daquela tribuna, dizendo claramente aos Deputados do interesse dos índios em ficar no Município de Londrina. E é fácil entender por que, é o segundo município do Paraná em arrecadação, é um dos municípios mais importantes do Sul do País, um dos municípios mais importantes do interior da Região Sul do País.

E sabemos a questão cultural dos índios como é complexa. O Município de Londrina tem muito mais recursos em todos os sentidos para ficar alerta as graves questões que afetam o Brasil inteiro o problema dos índios.

Por isso faço um apelo a esta Assembléia: que votemos contra a emenda do Deputado Orlando Pessuti, porque é só atrasar o processo que todos nós sabemos qual é. Não posso entender.

Veio aqui o Cacique, falou na tribuna que vieram 70 índios, que é 10% da comunidade. E claramente, qual é o interesse que teria o Doutor Rosinha e a Bancada do PT, em mudar para Londrina? Nenhum interesse. O único interesse nosso é fazer com que prevaleça a vontade soberana dos índios que já foram tão atacados e continuam sendo no Brasil - desrespeitadas suas tradições e sua cultura.

É isso que queremos, nenhum outro objetivo nos move a não ser esse, que a vontade dos índios seja cumprida. E por isso solicitamos, de coração, aos Deputados desta Casa, nesta semana importante para o índio de todo o Brasil, que votemos contra a emenda do Deputado Orlando Pessuti, aprovando integralmente o projeto do Deputado Doutor Rosinha.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votação à Emenda. Os Senhores Deputados que rejeitam a emenda de autoria do Deputado Orlando Pessuti, conservem-se como estão.

Os que rejeitam a emenda...

O SR. CEZAR SILVESTRI - Para esclarecer, Senhor Presidente.

Os Deputados que forem contrários à emenda é que "permaneçam como estão"?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os que forem contrários à emenda do Deputado Orlando Pessuti, que estabelece condições plebiscitárias na área a ser desmembrada, os que votam contra a emenda, conservem-se como estão.

13 (treze) Senhores Deputados aprovam a emenda.

20 (vinte) Senhores Deputados rejeitam a emenda.

Rejeitada a emenda, aprovado o projeto, artigo por artigo.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Requeiro a Vossa Excelência que inclua na Ordem do Dia da próxima segunda-feira, os projetos de lei que tratam da correção de divisas de Arapuã, Ariranha do Ivaí e de Campo Magro. Projetos esses que também já foram analisados pela C.C.J., já que foi decidido hoje desta forma Tamarana.

Entendo que os demais têm o mesmo direito de pleitear as modificações de suas divisas. Nossa solicitação será encaminhada ao nosso Presidente Anibal Khury, para que ele decida a pauta da próxima semana.

ITEM 03

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 562/95, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor José Carlos Gomes de Carvalho. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. (Publ. no D.A. nº 186, de 14.12.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 562/95

PARECER:

O presente projeto de lei de autoria dos Deputados Anibal Khury e Neivo Beraldin, tem por objetivo conceder o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor José Carlos Gomes de Carvalho.

Da análise do referido projeto, entendemos ser justa e merecida a concessão do presente título, cuja vida política do Senhor José Carlos Gomes de Carvalho tem relevantes contribuições aos diversos setores da comunidade.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 02.04.96.

(a) JOEL COIMBRA - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

Aprovado.

O SR. IRINEU COLOMEO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas para registrar o voto contrário da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Está devidamente registrado.

ITEM 04

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 17/96, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que institui o Programa de Incentivo de Emprego ao Menor Aprendiz. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. (Publ. no D.A. nº 04, de 17.02.96)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 17/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, tem por objetivo instituir o Programa de Incentivo de Emprego ao Menor Aprendiz.

Essa Comissão analisou o aspecto legal, regimental e constitucional, e nada encontrou que impeça sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 26.03.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 17/96

P A R E C E R:

De iniciativa do Deputado Geraldo Cartário, o Projeto de Lei n° 17/96 tem por objetivo instituir no âmbito do Estado, o Programa de Incentivo ao Emprego, destinado ao menor aprendiz.

Na Comissão de Constituição e Justiça, o presente projeto de lei não encontrou qualquer óbice à sua normal tramitação.

Considerando também o seu elevado alcance social e não apresentado motivo para que se impeça o seu prosseguimento, nosso parecer também é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.04.96.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ALBANOR GOMES - Relator

Em votação.

O SR. IRINEU COLOMBO (Para Encaminhar) -

Senhor Presidente, tenho larga experiência de formação pedagógica quando se trata de crianças. E como trabalho parlamentar desde Vereador e agora como Deputado, nós temos participado de vários eventos da criança. E um último deles foi um Seminário Internacional com relação ao trabalho infantil. Por isso nós estamos encaminhando o voto contrário do Partido dos Trabalhadores e desse Deputado especialmente a esse projeto do nobre Deputado Geraldo Cartário em que pese, esteja por trás dele, uma intenção muito boa de ajudar as crianças.

Nós não podemos aceitar nesse momento, na atual conjuntura, quando proporcionalmente o número de emprego que se dá as crianças menores, nós temos o mesmo número de desemprego aos adultos. Na atual conjuntura em que nós temos uma tentativa de regulamentação do trabalho adulto, nós temos uma outra tentativa de regulamentação do trabalho infantil.

Por trás de muitos convênios estaduais, municipais e federais, se esconde a

exploração do trabalho infantil.

Inúmeras reportagens nas várias televisões do Brasil, revistas e jornais têm sistematicamente combatido e mostrado a realidade do trabalho infantil por trás de muitos incentivos com boa intenção, aparecem aqueles que querem fazer pura e simplesmente a exploração do trabalho da criança, trabalho este, que tira a criança da escola e não resolve o problema da criança tirada da rua, porque não é o trabalho que vai inserir a criança no processo econômico, no processo civilizatório, e sim, a educação, o lazer, a aula de música, a aula de teatro, uma escola moderna e eficiente. Esse é o caminho. No entanto, nós estamos aí sempre apresentando estímulos com impostos para gerar empregos para a criança e tirar a oportunidade dela de ir a escola.

Imposto que vai ser menos dinheiro aos cofres públicos que poderia criar uma escola diferente para realmente estar a favor da criança. A empreitada internacional hoje é, para que nós tenhamos segmento, cumprimento da correção 138 da Organização Internacional dos Trabalhadores que define: "que criança só pode trabalhar após completar o ciclo básico de ensino após, no caso do Brasil, após os 14 anos de idade".

Quanto a questão do menor, ainda vale ressaltar o que nós queremos é que o menor trabalhe, mas após completar o ciclo básico de ensino, sempre após 14 ou 15 anos de idade. Nós jamais poderemos incentivar a exploração do trabalho infantil, porque com este estímulo alguns empresários sem muita noção social, com interesse meramente do lucro vão pegar as crianças colocar para trabalhar, por exemplo, colando sapato, em atividade insalubre, como é desregulamentado o trabalho, ele vai superlotar de trabalho a criança, a criança fadiga, não cresce, não absorve as calorias, a criança não vai para a escola. Este é o resultado prático, Senhores Deputados, deste tipo de proposta. Por isso nós estamos encaminhando o contrário. Quero até ter uma palavra com o Deputado Cartário, pois não tive a oportunidade, pois quem sabe afinar o projeto e torná-lo em outra dimensão, aproveitando a idéia de querer incentivar esse tipo de prática no Paraná, com relação as crianças, mas desde que, elas atinjam o ciclo básico. No momento nós estamos votando o contrário.

Muito obrigado.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (Para Encaminhar) -

Senhor Presidente. Eu, a cada dia que passa lamentavelmente reconheço que o trabalho da Bancada do Partido dos Trabalhadores é mais teórica do que prática. E eu explico. Quando Prefeito que fui, contra-

tei 400 menores de 14 a 16 anos, porque estavam perambulando pelas ruas, não trabalhavam, os pais vinham trabalhar em Curitiba e eles ficavam abandonados. À noite quebravam as lâmpadas e chegavam a cortar fio da linha telefônica para vender aos exploradores de crianças, de menores que o PT está tanto preocupado.

Foi por essa razão que não chamei a Polícia, não chamei ninguém para ficar procurando, pressionar os pais para que os filhos não fizessem o que vinham fazendo, mas sim, coloquei todos esses menores num salão da APMI no meu município e, dei uma carteira de trabalho a cada um. A Prefeitura assumiu a responsabilidade dos encargos sociais e coloquei os 400 menores, aprendendo profissões em indústrias, em empresas não só na Fazenda Rio Grande mas também em Curitiba, em alguns bairros e outros municípios.

Então este projeto já está respaldado no sucesso que obteve quando a Prefeitura assumiu a responsabilidade dos encargos sociais.

Quanto à parte legal, a parte que o ilustre Líder da Bancada do PT se referiu, da inconstitucionalidade, primeiro que esse projeto partiu já pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça, a CCJ. Acho que o Deputado não tem o direito de aqui dizer que é inconstitucional, quando uma Comissão composta inclusive com a participação do Partido dos Trabalhadores analisou que era realmente constitucional.

Após a CCJ, passou pela Comissão de Finanças que também analisou e se aperfeiçoou no conhecimento do que o projeto realmente quer, que é incentivar o emprego e o aprendizado ao menor.

(Lê):

"O Projeto de Lei nº 017/96 tem como objetivo implantar Programa de Incentivo de Emprego ao Menor Aprendiz, facultando ao contribuinte do ICMS, a utilização como crédito do imposto, o montante das contribuições sociais incidentes sobre a admissão do menor aprendiz.

O projeto de lei é constitucional e atende os interesses sociais e econômicos do Estado, ao estimular a contratação de menor aprendiz, bem como a formação profissional metódica do ofício de seu trabalho.

Entretanto, a Secretaria de Estado da Fazenda, através de "Auxiliar Técnico", opinou dizendo que o projeto de lei, está maculado de inconstitucionalidade por vincular parcela do ICMS ao programa, bem como trata-se de incentivo fiscal proibido pela Lei Complementar nº 24 de 07 de janeiro de 1975.

Incorre em erro o parecer do "Auxiliar Técnico", que vem ao menos mencionar sua formação profissional.

A interdição estabelecida pelo artigo 167, inciso IV, da Constituição Federal é totalmente inaplicável ao caso. O projeto de lei, não prevê vinculação da Receita do ICMS a órgão, fundo ou despesa.

Vinculação é a destinação de parcela do produto de arrecadação de um imposto, a órgão, fundo ou despesa, a exemplo do percentual constitucional aplicável na educação.

A lei estadual está apenas definindo como crédito do ICMS, a hipótese mencionada.

Da mesma forma, não tem procedência à alegação do projeto estabelecer uma isenção ou benefício fiscal proibido pela Lei Complementar nº 24/75, porque está dentro da Competência Estadual legislar sobre hipóteses de créditos relativos ao ICMS.

Convém ressaltar, que inúmeros programas de incentivos estão sendo implantados pelo Estado, sem que tenha sido invocado sua constitucionalidade. Citamos como exemplo a recente instalação da Renault.

Por todo o exposto, entendo que o projeto de lei é constitucional e atende os interesses maiores do Estado".

Senhor Presidente, para finalizar, realmente achamos que todos os programas de prefeituras, do governo do Estado que levam a criança ao convívio de menores de 12, 13, 14, 15, 16 anos para uma cancha de esportes, para aprender inclusive outras atividades é muito bom, mas importante mesmo é quando o menor ajuda na manutenção da sua casa e sabemos hoje que velhos, idosos de 70, 80 anos de idade estão trabalhando à noite, de guardião e enquanto isso, rapazes de 15, 16 anos não têm acesso a um emprego, a uma profissão. É realmente um absurdo que o PT venha com demagogia barata, preocupado, aqui, em que menor de 14, 15 ou 16 anos não possa trabalhar. Porque todos nós que aqui estamos sabemos que nossos pais, nossos avós começaram, na sua maioria, a trabalhar com 8 anos, 10 anos, 12 anos de idade.

Por isso não posso aceitar uma preocupação dessas, porque eu que sou testemunha, que aqui nas construções civis onde vejo pedra, tenho conversado à noite, vou lá procurar o empresário e encontro homens de 60, 80 anos que ficam a noite toda sem dormir, porque enquanto isso seu neto ou filho estão procurando emprego e não têm profissão. Então não existe nada mais importante que uma criança ter uma profissão assegurada com a participação do Estado e com a participação da empresa. Obrigado.

O SP. RENATO ADUR (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Entendemos que o Projeto do Deputado Geraldo Cartário é bastante polêmico. Entretanto queria parabenizar o Deputado pela iniciativa e

trazer à discussão nesta Casa um assunto tão importante para o futuro do nosso país. Compreendo perfeitamente a preocupação do nobre Deputado Colombo, do PT; de que hoje, escravidão branca, exploração de menores em todos os rincões deste país. Mas não podemos, baseados em erros ilícitos, queremos institucionalizar uma ilegalidade.

Entendo que o projeto do Deputado Geraldo Cartário carece de algumas emendas, algumas modificações, um estudo mais aprofundado. Mas nós estamos cansados de ver e ouvir diariamente nos meios de comunicação, nos programas de televisão a quantidade de menores que são usados, diariamente, pela máquina do crime, pela falta de ocupação! São utilizados inocentes para o ilícito neste país. E quando um parlamentar traz a esta Casa um Projeto querendo regulamentar, o que acho que deveria ser obrigação do Governo Federal tomar uma posição, de acolhida dessa juventude neste país. A justificativa do Deputado Colombo procede parcialmente. Mas a ociosidade - já dizia nossos avós: é oficina do diabo. Os jovens sem ocupação procuram o descaminho da vida.

Além da questão do apelo orçamentário da família, que muitas famílias necessitam é verdade, que o filho auxilie no orçamento familiar. Pior que isso é a ociosidade. Aí querer justificar que esse jovem tem que fazer um curso de teatro, um curso disso ou daquilo é muito bonito. Mas também para a família, muitas vezes não tem condições de sustentar isso. E o Governo não banca. Portanto acho que é uma preocupação de todos nós. Temos milhões de jovens neste país sem emprego e mais ainda, jovens que concluem, muitas vezes, o 2º Grau e até a Universidade e não têm emprego. E a falta de aprendizado dessa criança acaba prejudicando seu futuro profissional. Temos isso nas capitais e mais ainda no interior.

Queria fazer uma sugestão. Entendemos que o Projeto do Deputado Cartário - muito oportuno - deveria ser aprovado na tarde de hoje e quando voltasse para 2ª votação nesta Casa, e queria fazer um apelo ao Deputado Cartário, que retirasse o Projeto e que formássemos uma comissão de parlamentares desta Casa trazendo inclusive, elementos e componentes da Secretaria de Trabalho do Estado do Ministério do Trabalho, de outros organismos, para que pudéssemos estipular uma idade mínima destes jovens dentro deste Projeto, para que pudéssemos também vincular este Projeto, este apoio ao jovem, vincular à obrigatoriedade do ensino regular, que a empresa tivesse um incentivo desde que este jovem estivesse estudando regularmente numa instituição pública, particular ou qualquer que seja. E finalizando, Sr. Presidente, também

acentuar que estas empresas pudessem admitir estes jovens até um limite de x por cento do número de funcionários para que não viesse prejudicar também a mão-de-obra trabalhadora ativa que nós temos neste País. Com estes 3 itens que são sugestão que nós vínhamos estudando e iríamos entrar com estas emendas, mas eu acho que nós deveríamos ampliar muito mais esta discussão, abrímos esta discussão com uma comissão desta Casa e que pudéssemos, ouvindo aqueles como o Deputado Alborghetti e Ricardo Chab que estão ao nosso lado, Carlos Simões, que no dia a dia tem vivenciado esta situação da marginalidade infantil impune pelo Governo Federal e é uma responsabilidade da sociedade civil Srs. Deputados o grande problema do Brasil de amanhã, é sem dúvida alguma, a ociosidade do jovem de hoje. O discurso fácil de que o jovem não deve trabalhar, de que é escravidão branca, é obsoleto e ultrapassado, precisamos de medidas mais fortes e efetivas e esta Casa tem a responsabilidade.

O SR. PÉRICLES MELLO (Para Encaminhar) -

Eu não posso aceitar duas adjetivações que foram colocadas hoje por dois Deputados diferentes, primeiro colocando que é demagogia barata do PT questionar este projeto, e o segundo dizendo que é discurso fácil. Eu queria responder primeiro, discurso fácil é aquele que desvincula a questão dos indivíduos à questão da sociedade, este é discurso fácil e foi o discurso sempre usado para mascarar a trágica realidade deste País, a que desvincula a situação particular de cada indivíduo à situação complexa da sociedade. Ora, se nós formos ler de forma simples este Projeto, é muito fácil para o empresário desempregar pais de família porque quando ele emprega um pai de família ele não tem isenção de imposto por gerar este emprego, e pegar um menor no lugar para ter isenção de imposto. Essa é uma leitura real, Deputado Adur, real. Se um Projeto como este for aprovado é exatamente isso que vai acontecer e porque vai acontecer? Ora, se nós estivéssemos na utopia do pleno emprego no mundo capitalista em que todos estão empregados e portanto qualquer lei que beneficie o empresário vai alimentar socialmente o número de empregos, aí eu poderia até discutir, agora, em Ponta Grossa, Srs. Deputados, pesquisas mostram que mais de 40% da mão-de-obra ativa está desempregada, a indústria brasileira vive uma crise histórica, neste século não teve uma crise tão profunda como vive a indústria brasileira, em Palmeira 2 indústrias de madeira tinham 800 empregados e hoje tem 150, metalúrgicos em um ano e meio 2.000 pessoas foram demitidas então fica esta longa len-

ga de que este Projeto vai ser a panacéia para o menor, isso sim é que é discurso fácil, isso sim é que é demagogia barata porque não consegue enxergar a realidade que estamos vivendo.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós entendemos a segunda parte da argumentação do Deputado Renato Adur, isso sim, nós entendemos. Acho que se nós fizermos uma discussão aprofundada de um assunto tão complexo para colocar regras, percentual, um limite de percentual a cada empresa, a necessidade da criança estar estudando para trabalhar, aí nós começamos a entender com profundidade o argumento do Deputado Renato Adur, agora,, quando eu coloco um Projeto para ser discutido nesta Casa, eu faço antes da discussão, e mesmo a discussão primária pelo menos, esperando a contribuição do Plenário para que a discussão seja aprofundada, agora me desculpe mas este projeto é tão simplório tão sem fundamentação, que eu espero, solicito, faço um apelo, para que antes de nós votarmos em 1.^a Discussão, nós façamos aquilo que o Deputado Renato Adur pede, que é reunir uma comissão, chamar a Secretaria de Estado responsável por assuntos do menor, nós também faremos uma discussão com os Deputados desta Casa, antes de trazer o Projeto ao Plenário. Porque aí nós corremos o risco de aprovar o Projeto insatisfatório, um Projeto que aí sim eu acho demagógico, é muito fácil sair por aí, fazendo demagogia, dizendo que vai resolver a gravíssima questão do menor, que é super explorado neste País em todas as latitudes do Brasil.

Gostaria apenas de dizer que quando o PT fala, nós estamos aqui falando com o nosso coração, com a nossa experiência, um Partido que nasceu no piso da fábrica, nasceu dos trabalhadores, não podemos aceitar adjetivos com uma demagogia barata e discurso fácil. Discurso fácil e demagogia barata é daqueles que nos combatem e desta forma apresento o Projeto, neste sentido, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Pela Ordem o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Pela Ordem)
- Não tiro o mérito do Deputado Péricles, não tiro o mérito do Deputado Colombo, acho que nós poderíamos votar hoje em 1.^a Discussão e depois então, Deputado Péricles, fazemos uma comissão como diz o Deputado Renato Adur.

Porque é muita hipocrisia, até fazemos essa comissão, já existe uma comissão de Constituição e Justiça nesta Casa, aqui está cheio de comissões nesta Casa, só falta fazer comissão para saber quem tem

AIDS ou não tem, se tem bicho de pé ou não tem etc., entendeu? É muita hipocrisia, é muita comissão para muita coisa.

O que falta é vontade política neste País, criar vergonha na cara e resolver o problema do emprego para o menor, como disse o Deputado Renato Adur, como disse o Deputado Geraldo Cartário, pelo menos essa é uma idéia que está sendo plantada neste Parlamento.

Respeito, acho que o Deputado Cartário foi infeliz no seu pronunciamento, não quis agredir o Deputado Péricles, não quis agredir o Deputado Colombo, não tenho eu, autoridade para falar, mas é um Projeto para ser analisado como V.Exa. muito bem o disse.

Vamos votar em 1.^a, Deputado Renato Adur, não há necessidade de se formar uma comissão, não há. Nós temos uma Comissão de Constituição e Justiça, nós já temos uma Comissão que é este Plenário desta Casa, formado por 53 Deputados de vergonha na cara, por uma mulher brilhante que está neste Parlamento.

Eu vivo o dia-a-dia do menor. O Deputado Ricardo Chab também.

Hoje mesmo apresentei na televisão, 5 meninos de 16 anos de idade, Deputado Ângelo Vanhoni, vendendo buchinhas de cocaína no centro da Capital do Estado, como disse o Deputado Renato Adur.

Apresentei hoje na televisão 5 meninos de 16 anos de idade, cinco de dezesseis, apresentei no meu programa, o Deputado Ricardo Chab apresentou no dele, a Tribuna do Paraná mostrou e o Diário Popular mostrou hoje, 5 meninos de 16 anos, e nós fizemos uma pergunta a esses meninos.

- Emprego? Não tenho condições, já bati em tudo quanto foi lugar, as portas fechadas na nossa cara porque reclamam da política econômica do Governo, como disse o Deputado Péricles, como disse o Deputado Geraldo Cartário.

Em Londrina, me permitam. A esposa do Prefeito Luiz Eduardo Cheida, na época em que foi Prefeito o Deputado Dalton Paranguá, nós tínhamos o Deputado Luiz Eduardo Cheida, quantas vezes me reuni com o Prefeito Luiz Eduardo Cheida e a senhora dele faz grandes trabalhos para tirar o menor da rua, Deputado Ângelo Vanhoni, e levar para uma casa especialmente criada em Londrina e aí fazer um mutirão, fazer um mutirão, analisar caso a caso e encaminhar para as empresas em Londrina. Ela, mulher do Cheida vai às empresas, telefona e como fez o Deputado Cartário, quando foi Prefeito, colocou todas as crianças no balcão, deu uma carteira de trabalho, foi às indústrias e empresas, incentivou para que essas crianças tivessem o direito de trabalhar.

Agora não tiro aqui o mérito do Depu-

tado Colombo, não tiro o mérito do Deputado Péricles, não tiro o mérito deste Projeto do Deputado Geraldo Cartário o projeto dele é um grito de alerta para sair deste concreto, ir ao Palácio. E vou mais, ainda, como disse o Deputado Colombo, como disse o Deputado Renato Adur e o Deputado Péricles. "Isso é problema de Brasília".

Já estou cansado de ver esse povo em Brasília, falar em menor abandonado. Estou cansado de ver!

Não fazem nada! Absolutamente, nada!

Só pegam voto aqui e vai para Brasília, e ficam coçando.

Na época de eleição, todo mundo sobe no palanque e canta a viola lá. Ah! Ah! Ah!

Passa a mão na cabecinha deles, - quando eu for eleito, vou resolver o problema.

Quando eu for eleito, você vai ter casa, vai ter comida, você vai ter onde morar.

Ah! Vá para o inferno!

Chega de hipocrisia, chega de hipocrisia!

É muito fácil...

Agora eu acho, Deputado Angelo Vanhoni...

O SR. ANGELO VANHONI - Deputado Alborghetti, quero pôr uma reflexão...

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Esta Presidência, quer alertar o ilustre Deputado Vanhoni, para encaminhamento de votação não há apartes.

(Tumulto no Plenário)

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Ilustre Presidente, democrático, Neivo Beraldin, peço que conceda a palavra para o Deputado Angelo Vanhoni.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - O Deputado Angelo Vanhoni, está inscrito, para encaminhamento.

O SR. ANGELO VANHONI (Para Encaminhar) - Muito obrigado, Presidente! Deputado Alborghetti, Curitiba e Região Metropolitana...

Posso falar? Mantenha a elegância, Deputado Chab.

O senhor é meu amigo, gosto muito do senhor. Nós estamos discutindo um assunto que interessa a todos nós. Estou gostando da polêmica.

Deputado Alborghetti, em Curitiba e região, nós temos oitenta e nove mil crianças, entre 10 e 17 anos de idade, no mercado de trabalho. São oitenta e nove mil crianças, que estão diretamente trabalhando, sem benefício social nenhum.

A nossa cidade de Curitiba, metade dos

trabalhadores da nossa cidade que tem um milhão e quatrocentos mil habitantes, recebe até três salários-mínimos.

A construção civil, é a maior empresa do Brasil, é a maior indústria do Brasil, é a que mais gera mão-de-obra.

Têm dois lugares que geram mão-de-obra, neste País:

A indústria de céu aberto, que é o campo.

E a indústria da construção civil.

Na construção civil, 83%, não têm carteira assinada.

O que eu acho, que o entendimento do Deputado Cartário, poderia, a proposta poderia ser o seguinte:

Por que, qual é o nosso objetivo? O nosso objetivo, é que os filhos da cidade de Curitiba, do Paraná e do Brasil, tenham possibilidades, principalmente, na sua época de formação de adquirir uma formação educacional, uma formação profissional, para se colocar no mercado de trabalho, para se conseguir uma vida com dignidade.

Vi um depoimento de uma prostituta, ontem, num programa de televisão, de 16 anos de idade.

O entrevistador dizendo o seguinte: Mas escuta, por que você não vai trabalhar? E ela disse assim.

- Eu, trabalhar? mas como é que vou trabalhar?

Se eu for trabalhar de Secretária, sabe quanto que vou ganhar? Não tenho o primeiro grau completo.

Vou ganhar cem Reais por mês. E como é que vou pagar aluguel, lá na periferia de São Paulo, que custa cento e cinquenta, duzentos reais, o aluguel de uma casinha pequeninha?

Diga-me uma coisa: aprovando a Lei do Cartário, nós vamos estar legitimando uma situação onde joga a juventude do nosso País, para um mercado de trabalho que só explora essa mão-de-obra.

Pelo contrário, sabe qual a proposta que poderia fazer?

Nós vamos utilizar o exemplo lá de Brasília. Porque, cada empresa que pagar para uma família manter um estudante na escola, ela tem benefícios sociais.

Faz a iniciativa privada obrigar esses oitenta e nove mil, que estão hoje no mercado de trabalho, faz com que eles se dirijam às escolas.

A empresa ajuda e o governo utiliza o incentivo fiscal. Por que é que não se faz isso? Por que continuar no mercado de trabalho, para a exploração infantil?

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Essa Presidência quer dizer ao Deputado Angelo Vanhoni que aqui nós somos escravos do nosso Regimento. Então o Deputado Luiz Carlos Alborghetti tem um minuto para

concluir.

O SR. LUIZ CARLOS ALFORGHETTI - Eu queria dizer que o Deputado Pêricles tem as suas razões, o Deputado Colombo. O Deputado Geraldo Cartário não quis, em hipótese alguma, ofendê-los. Não quis.

Ele é um apaixonado por este projeto. É um apaixonado. Discutiu comigo e está apaixonado por estas idéias.

Mas acho que nós temos que sentar, Deputado Adur e Deputado Vanhoni. Nós temos que sentar e analisar este projeto profundamente. Podemos votar até hoje, em primeira discussão, amanhã, a retirada. Sentar, analisar e debater, mas não ficar na conversa "mole". Aí é aprovado, né Deputado Moura? Depois não faz nada e fica tudo do jeito que está.

Então, nós temos que resolver. E para resolver precisa-se ter vontade política para trabalhar. Este é o meu ponto de vista.

Muito obrigado.

O SR. RICARDO CHAB (Para Encaminhar) - Ouvi atentamente os Senhores Deputados e quero fazer apenas uma colocação, até no sentido de dar um exemplo com relação com o que se debate aqui, nesta tarde, na Assembleia.

Quero inicialmente elogiar a atitude do Deputado que apresenta o projeto, porque levanta esta discussão nesta Casa e é um problema seriíssimo, que nós acompanhamos nas ruas da cidade.

Só para que essa Assembleia tenha uma informação, o CONFEI - Conselho Estadual de Drogas, divulga hoje uma estatística de Curitiba, que diz o seguinte: 20% dos jovens curitibanos com a idade entre doze e vinte e cinco anos estão usando drogas. 20% dos pré-adolescentes e adolescentes curitibanos usam drogas. Daí o que nós vemos é uma associação das pessoas e algumas querendo falar: "mas se o menor alcançar o seu trabalho, está a escravidão branca".

Nós vemos um exemplo de uma menina prostituta, uma menor de dezesseis anos, que diz o seguinte: "Eu trabalhando no balcão ganho cem reais. Agora, fazendo um programa, eu ganho quinhentos.

Gente, espere um pouquinho! E o guardião da Prefeitura de Campo Largo, que trabalha doze horas por noite, há doze anos na Prefeitura, e ganha cem reais? O Guardião vai fazer o quê? Vai fazer o quê, o coitado do guardião? Rodar a bolsa na Praça Osório?

Então, gente, o caminho não é esse.

Não vamos levar a discussão para esse lado. A discussão tem de ser profunda.

Louvo a atitude do Deputado Cartário em ter apresentado o projeto e quero colo-

car em discussão esse projeto. Agora, nós temos que arrumar um caminho correto para o Projeto.

Ou seja, concordo com o Deputado, quando coloca o Deputado Adur, aqui nesta Casa, que nós temos que dar incentivo ao empresário. Porém, temos que incentivar o empresário a investir na escola do menor, Deputado Ângelo Vanhoni, e não só para que o empresário adote o menor, para que o menor seja retirado na rua.

Porque não, Deputado Ângelo Vanhoni? Colocamos aqui nesta Casa uma proposta muito simples. O empresário que retirar da rua, adotar um menor carente, o empresário que sustentar um menor, pode abrir no seu local, na sua empresa uma vaga para outro menor.

Deputado, ou nós vamos parar de sonhar, ou vamos ser práticos.

O Deputado Alborghetti colocou muito bem. Vamos ser práticos, gente! A idéia é excelente. A idéia é boa. Agora, vamos discutir aqui entre nós. Nós estamos aqui para tentar ajustar a sociedade, porque nenhum de nós aqui é o verdadeiro, o legítimo dono da verdade.

Na realidade, nós estamos aqui para discutir os problemas sociais. Agora vamos falar que uma moça de dezesseis anos é prostituta, é uma questão de formação. É uma questão de cultura. Ou nós corrigimos isso de início, lá na família, Deputado Vanhoni, ou então vamos nos locupletar todos neste País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Para encaminhar, o Deputado Eduardo Trevisan.

O SR. EDUARDO TREVISAN (Para Encaminhar) - Obrigado, Deputado Cartário.

Para colaborar com a discussão do seu projeto, e ainda que já esteja mais ou menos claro e patente que o Projeto vai ser votado hoje em 1.^a e depois vai ser retirado para uma discussão mais aprofundada, que queria fazer algumas colocações aqui até pela experiência que tive quando fui Prefeito de Cornélio Procopio.

Cheguei a seguinte conclusão, muitas vezes nós não sabemos o mal que fazemos a algumas pessoas com o bem que lhes queremos fazer.

Eu vou dar um exemplo do que aconteceu com a Constituição de 88 - eu era Prefeito na época.

Existia um programa chamado "Programa do Bom Menino". O Governo Federal permitia, que empresas, tanto públicas como privadas, contratassem para trabalhar, durante um período de meia jornada de trabalho - as empresas que fizessem essa contratação ficariam dispensadas do recolhi-

mento dos encargos sociais. E esse trabalho ele tinha uma característica de extensão da sua atividade educacional, era chamado menor aprendiz. E existia uma série de vinculações e exigências que eram impostas a essa criança contemplada e beneficiada por esse programa, de comparecimento com frequência mínima nos bancos escolares, acompanhamento das notas, que eram responsabilidade inclusive da empresa.

Veio a Constituinte e os Constituintes, nessa ânsia e no desejo de fazer bem às crianças, de protegê-las, eles acabaram impondo a Obrigatoriedade Constitucional do recolhimento dos encargos sociais desse trabalho dos menores. O Programa do "Bom Emprego", foi abaixo, ele ruíu.

Então se um empresário a partir daquele momento, quisesse contratar um menor para uma jornada de meio período ele poderia, mas a partir daí, ele teria que começar a recolher os encargos sociais. A Prefeitura de Cornélio Procópio tinha 400 menores contratados.

Uma outra grande empresa de Cornélio Procópio tinha 500 menores contratados, demitiram todos no dia seguinte. E qual foi o argumento? Se eu posso ter um adulto trabalhando, recolhendo os encargos ele me custa X, um menor que trabalha meia jornada, ele vai me custar meio X, então um adulto equivale a dois menores, mas a produtividade do adulto ela é maior.

Então, para eu contratar um menor eu vou ter que ter incentivos, senão não contrato. E a realidade do Brasil, hoje ela é clara, todos nós sabemos que o mercado de trabalho ele é explorador, ele é escravocrata, ele é...

Adam Smidt, um dos pais do liberalismo diz o seguinte: "O trabalho é a verdadeira riqueza do homem". Hoje no Brasil, o trabalho é a escravidão, o nível salarial extremamente baixo, grande parte dos nossos trabalhadores vivem em estado de depressão, em estado de tristeza, pessoas honestas que buscam o mercado de trabalho - são seres honestos, trabalhadores, não conseguem sobreviver.

Mas não é por isso que nós vamos afastar as crianças dessa possibilidade. A situação hoje nos impõe e nos impele a criar mecanismos de absorção dessas crianças no mercado de trabalho para que elas colaborem com o orçamento familiar, sempre tendo em conta algumas preocupações que foram hoje aqui colocadas, uma delas, a preocupação do Deputado Colombo, que surge um mercado de exploração do trabalho menor.

É necessário que além de Projetos dessa natureza que eu apoio, nós também criemos mecanismos de fiscalização, para que esta atitude, esta criação de um programa de incentivos ela seja dada, ou seja im-

plantada numa realidade que busque uma extensão da atividade educacional e busque valorizar essas crianças.

No Brasil, a nossa característica é sempre de ingresso no mercado de trabalho ainda muito cedo, a nossa juventude amadurece muito rápido, diferentemente do que ocorre em países de 1º mundo, onde os jovens são ingressados no mercado de trabalho de fato, depois dos 20 anos, aqui, a grande maioria são obrigados a ingressar mais cedo, e eu acho que é importante isso.

Então, a preocupação do Deputado Péricles é de que muitos empresários vão se aproveitar desse Projeto para desempregar adultos e empregar menores. Se não houver um incentivo o empresário não contrata o menor.

Agora, é importante que se coloque limite ou seja, 10% da força do trabalho de uma determinada empresa pode ser constituída de menores, mais do que isso não.

E dessa forma, com essa discussão que vai haver, com esses limites e esse redimensionamento desse projeto, eu acho que dá para essa Assembléia criar a partir do Projeto do Deputado Geraldo Cartário uma grande proposta de incentivo ao trabalho do menor em termos claros, em termos responsáveis e que tragam benefício para a sociedade. Se é para aprovar o projeto desses para que os menores sejam explorados, desagregados e no futuro se constituam em cidadãos problemas, todos nós devemos ser contra. Agora se é para aprovar o Projeto no espírito que o Deputado Cartário está propondo e com esses redimensionamentos e essas preocupações, esse trabalho só vai trazer grandes benefícios para a sociedade. Por isso o nosso apoio.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, eu só queria a compreensão dos Senhores Deputados. No Artigo 3º do nosso Projeto diz o seguinte: lê "O menor aprendiz terá direito a formação profissional, metódica do ofício do seu trabalho em consonância com as normas legais estabelecidas pela Secretaria de Emprego e relações do Trabalho e pela Legislação Federal pertinente". O que é que essa Legislação Federal fala: que o menor é considerado de 14 a 16 anos. E o que nós estamos abordando aqui, por isso foi a minha irritação com o Líder da Bancada do PT, porque primeiro ele falou que é inconstitucional e não é porque passou pela Comissão de Justiça. E o outro item que nos revoltou também é quando diz que o menor seria explorado, quando na verdade o que nós estamos dando condição pela Legislação Federal é o aprendizado, não se está disputando emprego de quem já sabe e conhece a profissão com aquele menor que não conhece a

profissão. Acho que todos nós temos a dificuldade hoje em arrumar um carpinteiro, um bom electricista, um bom pintor. Quando nós abrimos a nossa porta e ele diz que é pintor, porque o coitado veio lá do interior e chega em Curitiba não tem profissão alguma, não aprendeu a profissão quando menor, que é quando se realmente aprende a profissão é quando se é menor, aí ele diz que é pintor, que é pedreiro, que é carpinteiro, voce dá o serviço para ele e vira confusão, vira problema de Ministério, briga na Justiça, etc...

Então a nossa preocupação é uma formação, veja bem, e a empresa é obrigada a pagar o salário, a empresa, parece que os Senhores Deputados, alguns não entenderam, a empresa é obrigada a pagar o salário. E tem mais, toda a legislação, todo o regulamento de como vai funcionar esse projeto cabe a Secretaria do Trabalho e do Governo do Estado amparada pela Lei Federal. Simplesmente nós estamos dando uma abertura. Mas o que eu gostaria que os Deputados aprovassem no dia de hoje, amanhã nós retiramos ouvindo diversos deputados e diversos segmentos e diversas bancadas e vamos propor, inclusive o Deputado Ricardo Chab nos dizia aqui, que achava importante, vamos propor que seja convidada a Secretaria do Trabalho, a Secretaria da Fazenda e outros segmentos da Secretaria da Criança para um debate aqui na Assembleia sobre esse assunto. Porque nada mais justo, como o Deputado Trevisan falou que o empresário leva alguma vantagem em aprender a profissão. Porque na Europa, Srs. Deputados, e aqui muitos são de origem européia, sabem que os pais que pagavam para o alfaiate ensinar a profissão ao seu filho. Que na Europa o sapateiro cobrava dos pais para ensinar a profissão para os seus filhos ao sapateiro, daí por diante. Então as coisas hoje nós temos que encontrar um paradoxo do que o Governo pode ou não pode fazer. Um absurdo é levar uma criança de 14 anos, 15 anos para uma sala de aula ou para um salão de festas ou de esporte, ele almoça e chega em casa vê os irmãos dele passando fome. Então é importante que ele saia de casa, mas que no final do mês leve um dinheirinho para ajudar na família. É esse o objetivo do nosso Projeto.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, creio que o Deputado Cartário, muito sensatamente fez uma proposta agora que é de retirar o projeto na 2ª Discussão, aprovamos hoje em 1ª Discussão, o Deputado retira amanhã esse projeto. Na verdade para que nós possamos fazer um estudo aprofundado dessa matéria porque seguramente a discussão não

pode ser da casa grande e da senzala, ou seja, a ótica desse projeto não pode ser só dos meninos pobres do Paraná, ele tem que ser um Projeto extremamente interessante na medida que ele pode viabilizar emprego. Agora emprego junto com o que, com a obrigatoriedade do estudo. Há discussões aqui nesta Casa que estão sendo travadas já há muito tenho ouvido, Deputado Alborghetti, Deputado Trevisan falar sobre projetos que possam na verdade fazer com que as nossas crianças tenham a obrigação, os pais tenham a obrigação de fazerem seus filhos estudarem, e o Estado até pagar para que esses pais mantenham os seus filhos na escola. Esse instrumento do Deputado Cartário é um instrumento interessante. Agora, nós temos que tomar, e o Deputado Adur foi muito feliz no seu aparte, nós temos que ter salvaguardas que vão garantir escola, e também é claro, trabalho, o aprendizado de um ofício por parte desses meninos e meninas paranaenses. Por isso acho que, todos tinham razão nas suas colocações aqui, nós temos que respeitar a luta do Partido dos Trabalhadores em favor dos trabalhadores, mas há de se respeitar fundamentalmente a idéia a favor do menor que precisa trabalhar para ajudar a sua família, mas que nós temos, com o instrumento que nós temos, que é a receita do ICMS do Paraná, de incentivar o emprego desses menores sem desempregar os maiores e, ao mesmo tempo gerando escola para essas crianças. Por isso, está Vossa Excelência de parabéns. Acho que encontraremos um meio-termo que, seguramente será um instrumento importante para as crianças, para os adolescentes paranaenses.

Muito obrigado.

O SR. ANGELO VANHONI - Registro o voto contrário do Partido dos Trabalhadores, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Projeto de Lei nº 017/96. **Aprovado.** Devidamente registrado o voto contrário da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

Sobre a mesa, requerimento de nº 1053, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ALGACI TÚLIO - Para discutir.

O SR. TOTI COLAÇO - Sr. Presidente, peço que fique a discussão para amanhã. Mas, eu gostaria neste instante de dar o encaminhamento de antemão com relação a este Requerimento, embora o Líder do PDT tenha pedido para que seja discutido no dia de amanhã. Este Requerimento, Deputado Valdir Possoni, diz respeito sobre a estrada de Irati-Inácio Martins, um asfalto que começou no governo passado e veio no

ano passado conduzido com muita dificuldade pela empresa, porém praticamente há cinco ou seis meses está parada a obra, a empresa estava executando os serviços, está demitindo os funcionários, a obra está parada, e o povo de Inácio Martins não tem acesso hoje a sua cidade quando chove. O Departamento de Estrada e Rodagem - DER alega que a responsabilidade pela manutenção do trecho é por conta a empresa que ganhou a concorrência e tem que manter os desvios, as variantes e o acesso a Inácio Martins seria por conta da empresa. A empresa alega que há cinco meses ela não recebe e não tem como tocar a obra e nem tem como colocar as máquinas para fazer o patulhamento e o recascalhamento da estrada, que é uma estrada estadual.

Quero deixar registrada a minha preocupação, porque o prefeito de Inácio Martins esteve hoje no meu gabinete e é um assunto grave, porque a comunidade de Inácio Martins, chovendo, não tem como sair de lá. É só mesmo, de helicóptero. Então por diversas vezes fiz contato por telefone com a Secretaria dos Transportes, com o chefe do 15º distrito rodoviário de Irati e também com a regional de Ponta Grossa. Não tenho tido nenhuma resposta e nenhum sinal. Estou procurando oficializar este pedido de informação, fazendo um apelo ao Secretário Deni Schuwartz para que nos informe se a obra vai continuar e se não continuar, que mande o equipamento do DER para que se recompanha a estrada, pelo menos, porque aquela comunidade não pode ficar sem acesso. O ônibus que dá acesso a Irati não tem como. Se ameaça chuva lá em Cascavel, automaticamente o povo fica à pé, não tem como descer a serra e muito menos voltar quando está aqui na cidade mais próxima.

Fica registrada esta minha preocupação. Não é crítica nenhuma. É para apenas o Secretário dos Transportes colocar no papel o porquê de a obra estar parada há cinco meses e porque não dá um melhoramento na estrada antiga que é de responsabilidade do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1052, de autoria dos Senhores Deputados Irineu Colombo, Ângelo Vanhoni, Péricles de Mello, Doutor Rosinha e Emerson Nerone, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1043, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente de sessão anterior. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1054, de autoria do

Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1057, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, com apoio dos Senhores Deputados Renato Adur, José Tavares e Orlando Pessuti, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1055, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1056, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1059, de autoria do Senhor Deputado Reny Borsatto, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1060, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1058, de autoria do Senhor Deputado Emerson Nerone, constante do expediente. **Em Discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

O SR. NEREU MOURA - Senhor Presidente (Pela Ordem) - Gostaria de convidar os membros da Comissão de terras, para uma importante reunião na Sala das Comissões, haja vista que houve hoje pela manhã, na madrugada, uma invasão de uma propriedade no interior do Paraná, com aproximadamente 1.650 famílias, ocupando uma área da empresa Giacometi Marodim no Município de Rio Bonito do Iguçu.

É um assunto muito grave e importante e esta Assembléia não pode passar o visto.

Desta forma, estamos convidando os Deputados da Comissão de Terras para participarmos às 17:00 horas, na Sala das Comissões, a fim de que possamos encontrar uma solução pacífica para este problema, para não ocorrer o que ocorreu em Santa Izabel do Ivaí.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 18, às 10:00 horas, com a seguinte

OFDEM DO DIA:

001, 041 e 045/96,
e do Projeto de Lei Complementar n°
115/96.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s
562/95 e 017/96.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°

Levanta-se a sessão.